

## **BNDES e TCU discutem financiamento à exportação**

Por Thais Carrança | Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Tribunal de Contas da União (TCU) discutem conjuntamente a elaboração de um manual de procedimentos para operações de financiamento à exportação, com atenção especial para a exportação de serviços, informou ontem o presidente do banco, Dyogo de Oliveira.

A instituição financeira e o órgão de controle realizam no dia 21 de agosto um seminário para o lançamento de audiência pública sobre o tema, disse o executivo, que participou do Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), promovido pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) no Rio de Janeiro.

Recentemente, o banco teve uma

série de operações questionadas pelo TCU, incluindo financiamentos a construtoras envolvidas nas investigações da Operação Lava-Jato como a Odebrecht, exportadora de serviços de engenharia.

"O BNDES já divulga todas as suas operações e contratações, mas vamos fazer com o TCU uma ampliação da divulgação dessas informações e uma facilitação de acesso para a sociedade inteira poder acompanhar", afirmou o presidente da instituição.

Em sua fala no evento, Dyogo também defendeu o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) - ligado ao Ministério da Fazenda e que tem por objetivo dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação -, que também tem sido alvo de questionamentos pelo TCU. Ele afirmou que o mecanismo é

necessário, mas precisa ser modificado.

Dyogo disse que o modelo do FGE tem gerado dificuldade porque está atrelado ao Orçamento. "A cada inadimplência, há necessidade de suplementação orçamentária, o que hoje em dia é muito difícil de se obter. Então precisamos desenvolver um sistema que não dependa de suplementação", disse. Assim como o novo manual, essa discussão está em estágio inicial, relatou.

Em dois casos recentes de forte repercussão, Venezuela e Moçambique deram calotes em empréstimos do BNDES, o que exigiu do governo um gasto extraordinário de mais de R\$ 1 bilhão relativo a garantias concedidas pelo FGE. A despesa não estava prevista originalmente no Orçamento de 2018.

## Vetos à LDO cairão no Congresso, diz relator

Por Vandson Lima | De Brasília

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Congresso Nacional, o senador Dalírio Beber (PSDB-SC) prevê que os parlamentares não aceitarão os vetos feitos pelo presidente Michel Temer a autorizações para aumento de recursos para a saúde e assistência social.

Para o relator, é muito provável que deputados e senadores se mobilizem nos próximos dias e articulem a derrubada da decisão do presidente nesses pontos.

"Os vetos da área social e saúde vão merecer por parte dos parlamentares um esforço no sentido de derrubá-los. Ouso dizer que, por toda movimentação que vimos na Comissão de Orçamento [CMO], tem grandes chances de derrubá-los", apontou.

Já a retirada do texto de um prazo para o Executivo pedir ao Congresso um crédito adicional para cumprir a regra de ouro (que seria até o fim de março), avalia Beber, deve ser aceita pelos congressistas. "Talvez os parlamentares entendam que, de fato, deve ficar na responsabilidade do próximo governo, assim como definir quem deve ou não ter reajuste salarial."

O relator já tinha excluído a

possibilidade de reajuste para os servidores no próximo ano, mas Temer e a equipe econômica foram ainda mais longe. Foi vetado o artigo que permitia as reposições de servidores, nos mesmos cargos, decorrentes das vacâncias nessas áreas. "O próximo governo, quando escolhido, pode a partir de novembro já interagir com a atual administração para definir quem deve ou não ter reajuste no próximo ano e encaminhar alteração", disse Beber.

Em linha oposta às reivindicações de servidores públicos federais, a frente parlamentar que defende os interesses da categoria no Congresso não vai se opor à decisão do governo, exposta nos vetos à LDO, que não prevê reajuste salarial e, mais ainda, não permite a reposição de pessoas em cargos em que haja vacância.

Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Servidores do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União (Frejusmpu), o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) foi mais longe.

Ao Valor Sávio disse que, na retomada dos trabalhos legislativos, vai mobilizar o grupo (composto por 238 deputados e 12 senadores) para barrar o reajuste do Supremo Tribunal Federal (STF), que prevê um aumento de 16,38% para os

ministros da Corte. A remuneração dos ministros do STF é o teto do salário do servidor público e a correção promove um efeito cascata sobre uma série de outras carreiras.

"É absurda a decisão do Supremo de propor esse aumento, que impacta toda estrutura do Judiciário e até do Legislativo. O efeito cascata é bilionário. Na volta do Congresso, caso o governo encaminhe qualquer aumento, vamos defender a derrubada. Mais que isso, devemos aprovar uma medida para que só haja aumento do teto do funcionalismo quando voltarmos a ter superávit primário no país", disse Sávio.

Com as eleições em curso, o Congresso só deve retomar os trabalhos normalmente após o primeiro turno, em 7 de outubro.

Uma possibilidade, defendeu o deputado, é que só seja concedido algum tipo de reajuste a servidores cujo salário não ultrapasse o valor do teto da Previdência, de R\$ 5.645. "Quem gasta mais do que arrecada não pode conceder aumento para os que mais ganham. Usemos como parâmetro o teto da Previdência. Quem ganha menos que isso, seja servidor, seja aposentado, você precisa garantir alguma recomposição em relação à inflação. Agora, para quem ganha mais, é preciso que deem sua cota de sacrifício."

## Crise atrai mulheres para força de trabalho

Por Thais Carranço | De São Paulo



Marilane Teixeira: Estado e homens se beneficiam da desigualdade.

A histórica distância que separa a participação feminina da masculina no mercado de trabalho tem diminuído no Brasil nos últimos anos. De 2015 para cá, 3,5 milhões de mulheres foram para a força de trabalho. Poderia ser uma boa notícia, mas essa mudança é conjuntural, uma consequência direta da recessão.

Com o desemprego ainda elevado e o avanço da informalidade, as mulheres estão ampliando sua presença na força de trabalho para complementar a renda familiar, principalmente por meio de atividades por conta própria (venda de alimentos por exemplo) e do trabalho doméstico.

A mineira Sheila Carlos Oliveira, de 46 anos, é um exemplo dessa nova realidade. Dona de casa, a

moradora de Belo Horizonte passou a vender pão de queijo e linguiça para ajudar a pagar as contas da família, após o marido perder o emprego de economista em uma empresa de engenharia.

"Eu não terminei minha faculdade, por causa de filho e de casa, e nunca trabalhei fora. Aí me vi numa situação em que precisava ajudar", diz Sheila. "Meu marido começou a trabalhar como Uber e eu pensei comigo 'o que eu sei fazer bem demais é cozinhar', aí comecei a fazer pão de queijo e linguiça, tudo com ingredientes de primeira qualidade e tempero caseiro", conta ela, orgulhosa.

Há três meses, seu marido voltou a trabalhar na mesma empresa, mas teve de aceitar um salário menor. Assim, Sheila segue vendendo seus produtos, e o filho mais velho do casal, de 22 anos e que faz faculdade com um financiamento do Fies, trabalha como motorista da Uber para ajudar a família. Para manter a filha de 13 anos na escola particular, a mineira ainda faz faxina na casa do pai em troca do dinheiro da mensalidade.

Como Sheila, outras mulheres voltaram ou entraram pela primeira vez no mercado de trabalho sob efeito da crise. Com isso, e uma queda da participação dos homens - mão de obra historicamente mais cara e formalizada -, a distância entre

a participação masculina e feminina diminuiu.

A taxa de participação na força de trabalho é o percentual de pessoas em idade de trabalhar (14 anos ou mais, no Brasil) empregadas ou em busca de trabalho, em relação ao total de pessoas nessa faixa etária.

Entre os homens, essa taxa costuma ser superior a 70% - o que significa que sete em cada dez homens em idade de trabalhar estão ocupados ou procurando emprego. Já entre as mulheres, o índice sempre foi mais baixo, em torno de 50%, devido à maior ocupação delas com o trabalho doméstico e o cuidado de crianças e idosos, além das condições desiguais do mercado de trabalho.

Antes da recessão, entre 2012 e meados de 2014, a distância entre a taxa de participação feminina e masculina era, em média, de 22,2 pontos percentuais, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. Com o início da crise, essa diferença começou a diminuir, queda que se acentuou a partir de 2016. Desde o segundo trimestre de 2017, esse "gap" está em cerca de 19,5 pontos percentuais.

"Até o fim de 2017, o emprego melhorou para o trabalho informal e muito pouco para o formal, ou seja, 'melhorou' por consequência





negativa da crise", observa Cosmo Donato, economista da LCA Consultores. "Assim, visando complementar a renda familiar, as mulheres podem ter ingressado no mercado de trabalho como conta própria", afirma.

Tiago Barreira, consultor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), também credita o aumento da participação feminina no mercado de trabalho no ano passado ao avanço da informalidade e do trabalho por conta própria.

"O trabalho doméstico, por exemplo, cresceu mais de 4,3% em dezembro de 2017, na variação interanual", lembra o economista. "Isso pode ter contribuído para o ganho de participação feminina na população economicamente ativa", avalia.

O movimento mais recente vai na contramão daquele visto entre 2003 e 2012, quanto o crescimento da taxa de participação feminina na força de trabalho desacelerou em toda a América Latina, como resultado da melhora da renda e do avanço das políticas sociais na região.

A taxa de participação feminina na força de trabalho na América Latina cresceu a um ritmo médio de 0,9 ponto percentual ao ano entre 1992 e 2002, caindo a 0,3 ponto

percentual ao ano na década seguinte, aponta estudo dos economistas argentinos Leonardo Gasparini e Mariana Marchionni, da Universidad Nacional de La Plata.

Conforme a pesquisa, divulgada em abril pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG/Pnud), embora a desaceleração tenha sido generalizada, ela foi particularmente mais perceptível entre mulheres casadas e vulneráveis.

"As mulheres casadas e com menor escolaridade são mais propensas a atuar como trabalhadoras secundárias, ou seja, geralmente decidem se trabalham ou não dependendo das condições de trabalho e rendimentos de seus cônjuges", explicam Gasparini e Mariana, em entrevista ao Valor. Por causa disso, o trabalho dessas mulheres geralmente tem comportamento anticíclico: a participação aumenta em crises e diminui em momentos de crescimento econômico.

De acordo com Aguinaldo Maciente, coordenador de mercado de trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), são vários os fatores que impedem uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente

das mais pobres. Entre eles, estão a insuficiência de creches e de instituições públicas de cuidado para idosos. A persistência dessa desigualdade impede uma redução maior da pobreza.

"O impacto sobre a pobreza certamente é muito grande; a impossibilidade de a mulher desempenhar uma profissão fora de casa prejudica o acesso de várias famílias a um patamar de renda superior", diz Maciente.

Para o especialista, a alteração dessa realidade depende não só de políticas públicas, mas também de maior conscientização para uma mudança dos papéis sociais de gênero no cuidado familiar, além da valorização de boas práticas no mercado de trabalho, como premiação e maior visibilidade para empresas que promovam ativamente a igualdade de gênero.

Marilane Teixeira, professora da Unicamp, reforça que a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho não é algo natural ou fruto de uma escolha das mulheres. "Tanto o Estado como os homens se beneficiam dessa condição", afirma. "O Estado porque não precisa oferecer determinadas políticas públicas, e os homens porque podem se dedicar às suas carreiras."

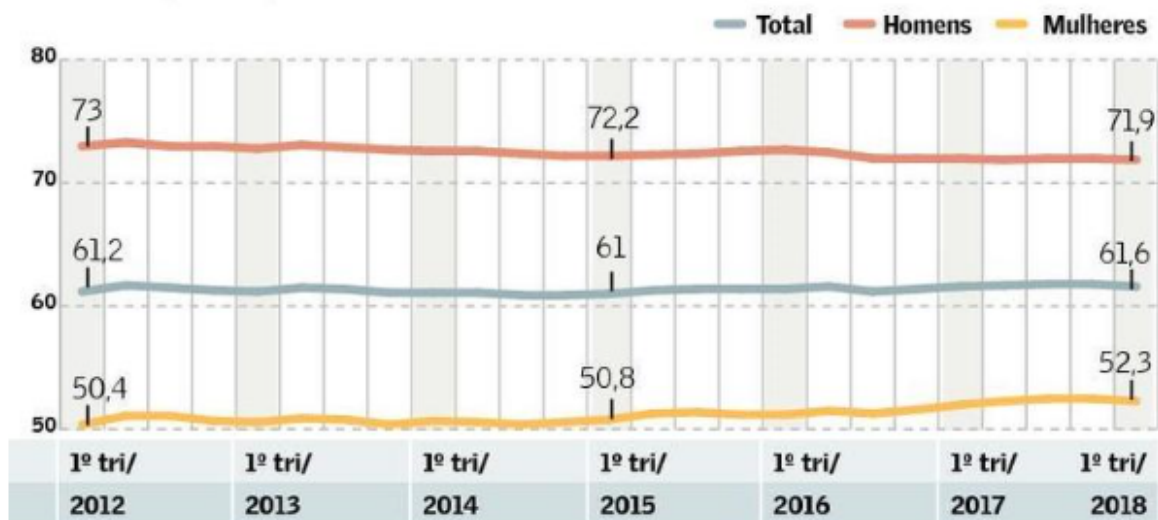




## Fechando o "gap"

Distância na participação feminina e masculina caiu sob efeito da crise

### Taxa de participação na força de trabalho (%)



### Distância entre a participação de homens e mulheres (p.p.)



Fonte: Pnad Contínua, IBGE



## **Novo governo receberá riscos fiscais mapeados**

Por Ribamar Oliveira

A atual equipe econômica está elaborando uma série de documentos que pretende entregar aos assessores do próximo presidente da República, durante o período de transição de governo. O objetivo é "mapear todos os fatores de risco para as contas públicas", segundo explicou ao Valor uma autoridade.

Em um dos documentos, serão feitas projeções fiscais para os próximos quatro anos, com as medidas alternativas que podem ser adotadas, quantificando-se a contribuição de cada uma delas para o ajuste. "A gente quer fazer isso de forma exemplar, pois existem riscos que demoramos muito tempo a perceber, mas que agora estão bem mapeados", disse a fonte. "Vamos mostrar as coisas que andaram e aquelas em que não conseguimos avançar, mas que estão em estudo", acrescentou.

Serão elaborados estudos para cada uma das áreas mais sensíveis, do ponto de vista fiscal. Um documento, já produzido, trata das estatais. Outro tratará da situação dos Estados e municípios, e um terceiro, sobre os vários regimes de previdência social. Outros assuntos também serão analisados. Os estudos serão divulgados para toda a sociedade, pois o entendimento é

que um maior conhecimento da real situação das contas da União pelo grande público ajudará o futuro governo a realizar as reformas necessárias.

*Várias teses terão que ser 'testadas' no Supremo*

Reequilibrar as contas públicas e obter um superávit primário suficiente para estabilizar a dívida pública, em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), exigirá um esforço fiscal em torno de 4% do PIB, avaliam os técnicos. Um ajuste dessa magnitude, mesmo que realizado de forma gradual, dependerá de grandes alterações na legislação ordinária e no texto da Constituição, como é o caso da reforma da Previdência Social.

Um fator de risco importante a ser considerado, na avaliação da autoridade, é que as mudanças na legislação ordinária e no texto da Constituição levantarão questões que ainda dependem de um entendimento final da Justiça, pois não estão pacificadas. "Várias teses serão testadas, com repercussão sobre as contas públicas e sobre o ajuste fiscal", advertiu a fonte.

Um exemplo é a noção de que a contribuição para o regime próprio de Previdência dos servidores não pode exceder 14%. "Ninguém sabe

se esse limite de 14% existe ou não", observou a fonte. "Algumas pessoas dizem que uma alíquota superior a essa poderá ser considerada extorsiva pelos juízes", afirmou.

Recentemente, o governo de Goiás elevou de 13,25% para 14,25% a alíquota de contribuição previdenciária dos seus servidores ativos e inativos. A medida está sendo objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), e todos os gestores públicos estão na expectativa da decisão. A elevação da alíquota previdenciária dos servidores é uma das medidas que consta em qualquer proposta de reforma da Previdência, tanto dos Estados, quanto de municípios e da União.

Outra questão que precisa ser resolvida, na avaliação da autoridade, diz respeito às garantias dadas pelos Estados à União. Quando estão em dificuldades financeiras, os governadores recorrem ao STF com pedido de suspensão do pagamento de suas dívidas, renegociadas pela União. Muitas vezes, os ministros acolhem o argumento. "Isso pode ter um efeito adverso e acabar com a credibilidade do sistema de garantias à União", disse a fonte.

Uma terceira questão, que poderá ter consequências no curto prazo, é a ação direta de inconstitucionalidade, apresentada





ao STF em 2016 pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra a vinculação do Orçamento da saúde à receita corrente líquida do Tesouro Nacional, nos termos da emenda constitucional 86. A ação foi incluída na pauta de julgamento do Supremo do próximo dia 23.

Com a emenda constitucional 29, de 2000, o gasto mínimo anual da União com ações e serviços públicos de saúde passou a ser corrigido pela variação nominal do PIB. Os parlamentares da chamada "bancada da saúde" no Congresso acharam que o melhor seria vincular a despesa à receita do Tesouro, que não parava de subir. Em 2016, depois de intensa mobilização, eles conseguiram aprovar a emenda constitucional 86, que vinculou os gastos da saúde à receita do Tesouro.

O problema é que a mudança ocorreu no meio de uma das maiores recessões econômicas da história do Brasil, com a receita tributária caindo muito. Se as regras da emenda 86 fossem seguidas, a área de saúde ficaria com menos recursos. Janot ingressou no STF com uma ação de inconstitucionalidade, baseado naquilo que os juristas chamam de "princípio de vedação do retrocesso social". De acordo com a tese, se uma medida do governo resultar em diminuição do Orçamento das áreas sociais, consideradas essenciais para a população, ela pode ser considerada contrária ao espírito da Constituição.

Uma decisão favorável do Supremo à ação de Janot poderá, advertiu a autoridade, interferir até

mesmo na regra do teto de gastos para a União. No chamado novo regime fiscal, o gasto mínimo com a saúde foi definido com base nas regras da emenda 86, com o governo antecipando de 2019 para 2017 o percentual da receita do Tesouro a ser aplicado na saúde.

Há incertezas também na área de pessoal. A Constituição estabelece que os servidores terão direito a reajuste anual de salários, mas não estabelece critérios para a correção. Pode ser um reajuste de 0,1%? Por último, existem dúvidas sobre a legalidade de aumentos salariais parcelados para o funcionalismo e se uma lei posterior àquela que concedeu o aumento pode adiá-los, como quer fazer agora a equipe econômica com o reajuste previsto para janeiro.

Nos bastidores, a administração pública federal vive um momento de grande turbulência, pois foi quebrada a unicidade salarial que existia até pouco tempo. Embora tenham recebido aumentos reais de salários durante a recessão econômica, os servidores do Executivo estão em pé de guerra por causa de vantagens obtidas por seus colegas da Advocacia-Geral da União (AGU), da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Receita Federal. "Em algum momento, isso vai explodir", advertiu a fonte.

Ribamar Oliveira é repórter especial em Brasília e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :  
ribamar.oliveira@valor.com.br

## Repasse para organizações civis desaba em 2016/17

Por Ana Conceição | De São Paulo

A crise econômica e um novo marco regulatório fizeram com que as transferências da União para organizações da sociedade civil (OSCs) despencassem no biênio 2016/2017, na comparação com a média registrada entre 2010 e 2015, de R\$ 11 bilhões. Em 2016, o recuo foi de 82%, para R\$ 2 bilhões. No ano seguinte, houve uma recuperação, para R\$ 6,3 bilhões, mas que ainda assim representa uma queda de 45% em relação aos anos anteriores.

Como também houve recuo do investimento privado nos últimos anos, formou-se um cenário difícil para essas entidades sem fins lucrativos, que executam projetos de interesse público com atuação em várias áreas, de saúde e educação a esporte e direitos de minorias.

Os dados sobre os repasses da União são fruto de um levantamento

inédito feito pelo Mapa das Organizações da Sociedade Civil, sob gestão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e estão no livro "Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil", que será lançado em São Paulo hoje.

Além da queda no repasse de recursos, o número de entidades beneficiadas diminuiu de cerca de 13 mil para 6 mil de 2010 para 2017. Elas são minoria. Há 820 mil atuando no país (99 mil organizações religiosas).

"O ajuste fiscal e a nova lei são as duas variáveis que explicam a queda das transferências", diz Félix Garcia Lopez Junior, pesquisador do Ipea e responsável pela publicação. Desde 2016, as OSCs têm um marco regulatório, a Lei 13.204, que exige maior transparência na prestação de contas e comprovação de resultados das ações financiadas pelo poder público.

Para Lopez Jr., a regulamentação da lei gerou muitas incertezas, o que

pode ter contribuído para a queda nos repasses. Ele observa que o recuo foi menos expressivo nas áreas onde os serviços são essenciais, como saúde. As organizações do setor receberam R\$ 3,6 bilhões do total de R\$ 6,3 bilhões transferidos em 2017. Para outras áreas, como defesa de direitos da minoria, nem sequer houve repasses.

No setor privado, os recursos caíram de R\$ 3,5 bilhões em 2014 para R\$ 2,9 bilhões em 2016, último dado disponível. "A queda foi provocada pela crise econômica", afirma Aline Viotto, coordenadora de advocacy do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife).

Para ela, os recursos públicos são importantes, mas insuficientes. Neste sentido, diz, as entidades têm defendido mudanças na tributação sobre doações que beneficiem as OSCs. De um grupo de 75 países, além de Brasil, somente Coreia do Sul e Croácia taxam doações para entidades sem fins lucrativos.



## Teto quase impossível

Próximo presidente enfrentará desafio para cumprir regra de gastos

MARTHABECK  
BRASÍLIA

Mesmo que consiga fazer a reforma da Previdência, o próximo presidente terá dificuldades para cumprir a regra do teto de gastos, pela qual as despesas públicas só podem crescer com base na inflação do ano anterior. A decisão do presidente Michel Temer, na última terça-feira, de autorizar um reajuste nas despesas do Ministério da Educação em 2019 tornou a situação ainda mais complicada, já que o orçamento da pasta ficará mais protegido do que o de outras áreas contra cortes que a equipe econômica tenha de fazer para cumprir o teto.

Apresentada pelo governo como a arma mais forte para garantir a aprovação das mudanças na Previdência, a regra do teto de gastos se tornou um grande desafio. O governo não conseguiu mudar as aposentadorias e agora é obrigado a gerir um Orçamento cada vez mais comprimido por despesas obrigatórias (não apenas com benefícios previdenciários, mas com a folha de pagamentos) e a sacrificar áreas que já estão próximas de uma paralisação por falta de recursos.

### NEM PARA TAPAR BURACO

Segundo a equipe econômica, ao não vetar um artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 sobre educação, o presidente apertou o Orçamento em mais R\$ 2,5 bilhões e reduziu as despesas discricionárias (não obrigatórias) de R\$ 91 bilhões para R\$ 88,5 bilhões, valor próximo de uma paralisação. Trabalho feito pelo economista sênior da LCA Consultores Bráulio Borges com projeções da própria equipe econômica mostra que o teto não teria condições de ser mantido mesmo que o governo conseguisse fazer várias reformas estruturais.

Os cálculos do economista mostram que, pela regra do teto, as despesas primárias deveriam passar de 19,5% do PIB em 2016 (primeiro ano de vigência da norma) para 15% do PIB em 2026, ou seja, uma queda de 4,5 pontos percentuais. O problema é que, mesmo que o governo faça uma reforma da Previdência e ainda adote medidas de ajuste fiscal duras, como cortar radicalmente desonerações e subsídios, segurar reajustes reais no salário mínimo, eliminar o abono salarial e congelar o gasto per capita com o funcionalismo, ele só conseguirá obter uma parte da economia necessária para chegar ao seu objetivo.

Esse resíduo pode ser ainda maior considerando que o investimento público líquido está negativo, ou seja, ele não é suficiente nem mesmo para cobrir a depreciação de obras, como tapar buracos nas estradas e consertar telhados de prédios públicos.

— O governo terá que aumentar um pouco o investimento público para que ele cubra ao menos a depreciação — disse Borges, acrescentando: — O nível da despesa discricionária é muito baixo. Em 2018, já estamos muito próximos de uma paralisação. Não dá para fazer, nas despesas não obrigatórias, o ajuste que fica faltando depois de fazer as reformas, que também são fundamentais. O gasto discricionário inclui despesas importantes, como bolsas de estudos, controle de fronteiras e do tráfego aéreo, emissão de passaportes e farmácia popular.

Para piorar o cenário, o próximo presidente também terá pela frente outros desafios. Será preciso discutir uma nova regra para o salário mínimo (a atual acaba em 2019) e negociar com o funcionalismo mais uma rodada de reajustes salariais. O Supremo Tribunal Federal (STF) já deu a largada ao propor um reajuste de 16,38% para seus ministros. Esse aumento tende a criar um efeito cascata sobre o restante do





funcionalismo, que também vai pedir reposição salarial. A pressão exercida pelo teto, no entanto, vai fazer com que o governo Michel Temer encaminhe ao Congresso, ainda este mês, uma proposta de adiamento do reajuste do funcionalismo de 2019 para 2020.

JUÍZES: 41,5% DE AUMENTO

Dados da equipe econômica mostram que os servidores do Judiciário, onde está a elite do funcionalismo, tiveram reajustes acima da inflação desde 2016. Naquele ano, o aumento foi de 15%, enquanto a alta dos preços foi de 6,29%. Em 2017, o percentual foi de 8,8%, contra inflação de 2,94%. No período acumulado entre 2016 e 2019, o reajuste terá sido de 41,5%. Já a inflação será de 18,5%, segundo projeção.

Para especialistas, será preciso também mexer na regra do salário mínimo. A cada 1% de aumento na remuneração básica dos trabalhadores, o impacto é de R\$ 3,8 bilhões nas contas públicas. A atual forma de correção do mínimo —

pela qual o salário deve ser reajustado pela inflação do ano anterior mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes — vale até 2019. Essa é uma forma de assegurar que haja ganho real para os trabalhadores. E, como o governo tem dado aumentos reais para o salário mínimo desde a década de 90, será muito difícil que a nova regra não mantenha o mesmo princípio.

Na avaliação do economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas, é difícil cumprir um teto de gastos, qualquer que seja, porque as despesas que o poder público é obrigado a ter, normalmente, crescem acima do percentual da inflação: — Com esses gastos obrigatórios subindo mais do que o previsto, o governo fica praticamente sem alternativas para reorganizar as finanças. A situação brasileira pode melhorar, no futuro recente, caso seja feita a reorganização da previdência pública e se for reencontrado o caminho para a expansão da infraestrutura. (Colaborou Gabriel Martins)

## Entrevista - Eduardo Guardia, *MINISTRO DA FAZENDA* **'Sem teto de gastos, a pressão é mais forte'**

Em resposta a críticas de economistas e candidatos, ele diz que quem pretende revogar a regra aumentará imposto ou fará ajuste fiscal em mais de dez anos

MARTHA BECK E MANOEL VENTURA  
BRASÍLIA

A recente sucessão de críticas feitas por economistas e candidatos à Presidência ao teto dos gastos preocupou o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Num momento em que se aponta para o risco de o mecanismo não ser cumprido já a partir de 2021 e precisar ser ajustado pelo próximo presidente, Guardia decidiu reagir. Em entrevista ao GLOBO ao lado do secretário de Política Econômica, Fábio Kanczuk, e do chefe de sua assessoria especial, Marcos Mendes (idealizador do teto), Guardia disse mais de uma vez: "o teto é crível, sustentável e eficiente". Para ele, o foco da discussão fiscal tem que ser a necessidade de reequilibrar as contas públicas: "O que me incomoda é que vocês erram o foco da discussão. O foco não é se o teto é sustentável ou não. É se o país é sustentável com um crescimento de despesa e com um déficit desse tamanho (2% do PIB)".

***O teto de gastos é sustentável para os próximos anos?***

Para que você tenha um teto

crível ao longo dos anos você precisa de uma reforma da Previdência. São cerca de R\$ 10 bilhões de economia no primeiro ano e ela vai crescendo. O problema é que despesas têm uma inércia de R\$ 73 bilhões por ano. Então, você precisa fazer um ajuste para caber dentro do teto. Já aprovamos o fim da reoneração da folha, o que dá R\$ 15 bilhões a partir de 2021. E tem várias outras despesas que precisam ser revistas. Acabar com o abono, por exemplo, dá R\$ 21 bilhões.

***Mas já se aponta que o teto será descumprido a partir de 2021.***

A emenda (do teto) dispara mecanismos automáticos de ajuste. Estourou o teto no ano, você não pode dar reajuste de salário, criar programa permanente, dar incentivo fiscal, e o salário mínimo ainda ter que ser corrigido pela inflação. Você vai voltando para a trajetória de ajuste.

***Alguns economistas apontam que, mesmo com esses ajustes, a despesa não iria para o teto.***

Temos um déficit fiscal de 2% do PIB e precisamos de um superávit de 2,5% do PIB. Então precisamos de um ajuste de 4 a 5 pontos do PIB. O teto leva o gasto de cerca de 20% para 15% do PIB até 2026. Estamos fazendo um ajuste gradual de dez anos. Quem quer revogar o teto ou vai fazer um brutal aumento de

imposto ou está dizendo que quer fazer o ajuste em mais de dez anos. Isso não tem consistência. Não é razoável. O país não consegue conviver com esse desequilíbrio por tanto tempo. O mercado comprou a ideia do ajuste gradual. Revogar a emenda é um erro.

***Mesmo com o teto, o STF quer reajuste de mais de 16% e há pressões de outras áreas.***

Imagina isso sem o teto. Sem ele, a pressão é mais forte. O que me incomoda é que vocês erram o foco da discussão. O foco não é se o teto é sustentável ou não. É se o país é sustentável com um crescimento de despesa e com um déficit desse tamanho. Não dá para viver com um déficit primário desse nível. Nós convivemos muito bem até 2008 e 2009 com 15% do gasto público. Por que fomos para 20%? Tem algo muito errado aqui. Voltar a 15% do PIB não seria nenhum absurdo.

***É possível fazer ajuste fiscal sem o teto de gastos?***

Ajuste fiscal é doloroso, é difícil. Tem resistências e as demandas são legítimas. Mas não fecha a conta e nós vamos ter que enfrentar essa questão. O que estamos dizendo é que vamos ajustar em dez anos, e ainda tem gente falando que isso não é sustentável. Pelo amor de Deus! Vamos discutir o que é relevante e não se em 2020/2021 na conta de





alguém o teto vai estourar. Estourou, ajusta com o mecanismo. No ano seguinte não dá reajuste, não contrata, não faz concurso. Não tem outro jeito de fazer ajuste fiscal.

O teto não era o argumento para aprovar a Previdência? Isso não aconteceu.

Se a reforma da Previdência não for feita, o teto será o menor dos problemas. Não fizemos a reforma em dezembro de 2016 porque não existia ambiente político. O que teria acontecido com o país hoje sem teto e sem Previdência, com déficit fiscal de 2% do PIB e uma dívida que está indo para 80%? A gente estaria muito pior. Olha o que está acontecendo com a Turquia.

Qual a força que um presidente terá para fazer cumprir uma regra que é muito difícil?

Foi o teto que fez a gente reduzir despesas. Qual é a alternativa? Tirar o teto porque é duro? Mas o ajuste fiscal é duro. Se tirar o teto, todo mundo vai aumentar despesa. Aí não segura mesmo.

O Congresso sempre pressiona por mais despesas, por exemplo.

Ontem fui ao Congresso discutir Lei Kandir. Eu disse: "perfeitamente, que despesa nós vamos cortar?" Querem R\$ 39 bilhões, que é uma brincadeira de mal gosto. De onde os senhores sugerem que a gente corte? Porque tem que cortar. Eu não posso e não vou descumprir a Constituição. Quem sentar aqui no ano que vem, se abrir mão do teto, vai estar fazendo um erro tão grande...

O presidente, por exemplo, optou por não vetar o artigo da LDO que protege o MEC.

Foram 17 vetos que reforçam a nossa capacidade de conter despesas. O governo deu uma demonstração clara de que está comprometido com o ajuste fiscal. Educação é uma área mais crítica, mais difícil. Mas tudo que a gente está fazendo é dentro do teto.

O teto é sustentável?

O teto é crível, sustentável e eficiente para quem está comprometido com ajuste fiscal.

O reajuste do STF cabe no teto?

O Judiciário tem autonomia, pode executar o que quiser. Mas se estourou o teto, vai ter que ajustar.

## Em 55 ações, estados deflagram guerra judicial à União por dinheiro público

*Assessor da Fazenda critica em nota técnica ao STF crescente judicialização na disputa por recursos*

*STF concede liminares a favor dos estados contra a União*

William Castanho

São Paulo - Em meio à crise econômica, que afeta a arrecadação, estados declaram guerra contra a União na Justiça em uma disputa por dinheiro público. Segundo o Ministério da Fazenda, a União é alvo de menos 55 ações que buscam repassar dívidas e custos fiscais ao governo federal.

A crítica à crescente judicialização consta de nota técnica do chefe da Assessoria Especial da pasta, o economista Marcos Mendes.

O documento foi anexado em parecer da AGU (Advocacia-Geral da União) contra um processo

ajuizado por 23 estados e o Distrito Federal no STF (Supremo Tribunal Federal), em 11 de junho deste ano.

Ministros já concederam, apenas em 2018, liminares (decisões provisórias) contra a União em ações que beneficiam sete estados e envolvem a discussão de R\$2,4 bilhões.

No processo com a manifestação de Mendes, os governadores alegam que o governo federal comete fraude ao prolongar, até 2023, a DRU (desvinculação de receitas da União).

Prevista em emenda à Constituição, a medida autoriza a destinação de 30% de recursos de contribuições sociais, como PIS/Cofins, para outras áreas que não Previdência, saúde e assistência social. Os governadores agora reivindicam a partilha de R\$ 20 bilhões.

"É disso que se trata o atual pleito:

mais uma tentativa de, pela via judicial, continuar atuando como "carona" e repassando custos ao governo federal", escreve Mendes em documento de 27 de julho.

A carona, segundo Mendes, resume a falta de responsabilidade e comprometimento de estados e municípios em ajudar no equilíbrio fiscal do país —ou seja, gastar dinheiro público que de fato se arrecada.

O pedido dos governadores é só mais um ingrediente na briga por recursos, enquanto a equipe econômica discute se o próximo presidente conseguirá respeitar o teto de gastos. Segundo a regra, o governo só pode elevar suas despesas dentro do limite da inflação.

"O caminho mais fácil sempre foi se endividar, gastar mais, cobrar pouco imposto e, depois, alegar que se está em situação famélica, que não há como financiar serviços básicos à população e que por isso se torna







imperiosa a ajuda federal", afirma Mendes.

A nota cita decisões que obrigam a União a devolver recursos a estados e impedem a execução de garantias previstas em contratos.

Decisões judiciais ainda permitem adesão ao regime de recuperação fiscal, criado para socorrer os estados, sem a desistência de ações contra a União nem o cumprimento de seus requisitos.

Contra o argumento de que a União retém dinheiro dos demais entes, Mendes afirma que os recentes refinanciamentos das dívidas de estados e municípios "demonstra que a federação brasileira está longe de um modelo em que a União draga recursos subnacionais e concentra poder financeiro".

Para ele, no atual contexto de déficit da Previdência, todo o montante da DRU volta ao Orçamento da seguridade.

Só em 2016, foram necessários R\$ 52,2 bilhões em emissão de títulos da dívida pública para fechar as contas da Previdência, além de incorporação de R\$ 29,6 bilhões em remuneração feita pelo Banco Central ao Tesouro Nacional.

Mendes recomenda aos estados que sigam o caminho do acordo político a façam reformas junto com a União.

Os governadores, por sua vez, liderados por Minas Gerais e pelo CNPG (Colégio Nacional dos Procuradores-Gerais) —com as exceções dos chefes do Executivo de São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo—, afirmam na ação que a DRU "se tornou permanente".

"Essa prática se qualifica como verdadeira fraude à norma constitucional", escrevem o governador Fernando Pimentel (PT), o procurador-geral do estado, Onofre Alves Batista Júnior, o procurador Carlos Victor Muzzi

Filho e o presidente da Câmara Técnica do CNPG, Ulisses Schwarz Viana.

O caso está sob relatoria de Rosa Weber. Ela pediu informações à Presidência da República, ao Senado, à Câmara e ao Ministério do Planejamento. A ministra encaminhou o caso à PGR (Procuradoria-Geral da República) e à AGU.

Ao Supremo, a AGU diz que a DRU tem sido tratada como mecanismo flexível, "com vigência temporária, ou seja, com data certa de término".

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), diz em sua prestação de informações que as PECs (propostas de emendas à Constituição) da DRU "foram processadas dentro dos estritos trâmites constitucionais e regimentais".

## Temer veta artigo de verba extra para Plano Nacional de Educação

**OLINDA** O presidente Michel Temer (MDB) vetou trecho da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2019 aprovado no Congresso que orientava a alocação de recursos para o cumprimento do PNE (Plano Nacional de Educação).

A lei, que serve como base para a construção do Orçamento do próximo ano, foi sancionada na terça (14) e publicada nesta quarta (15).

Temer voltou atrás de última hora e manteve o artigo que explicita a manutenção para 2019 dos gastos com

educação de 2018, reajustados pela inflação. A área econômica do governo sugeria o veto a esse trecho, causando disputa interna com o MEC.

Na prática, a educação não fica fora do teto de gastos estipulado por Temer em 2016. Não há previsão de aumento real de investimentos na área.

O Planalto argumenta que o artigo restringiria a "discricionariedade alocativa" do Poder Executivo e colocaria em risco o cumprimento da meta fiscal e o teto de gastos.

O repórter viajou a convite da Undime

**Unir desunindo**

A proposta de Bolsonaro de criar um superministério na economia, juntando Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio e Secretaria-Geral criaria, se implementada, divisão no governo, pondo de um lado a Casa Civil e de outro a equipe econômica. Despertaria, também, certo mal-estar ante o excesso de poder do novo grupo. A avaliação é de um dos mais fortes ministros da era militar, que ainda hoje exerce influência no Brasil – o economista Delfim Netto.

**Hierarquia**

Por outro lado, o experiente ex-ministro de 90 anos lembra que, por mais que esse “primeiro-ministro da economia” tenha poder concentrado, “o limite para as suas decisões continua sendo o presidente da República”.

Ressalta Delfim que “no governo militar, nós já começávamos o ano fazendo uma exposição do que pretendíamos. Havendo aprovação, éramos cobrados pelo presidente, ao final”.

**Seis por meia**

Além disso, segundo Delfim, esse todo poderoso ministro terá que escolher, para auxiliá-lo, um secretário da Fazenda, outro para o Planejamento, um terceiro para a Indústria e Comércio etc. “Defendo a diminuição de ministérios e uma união das pastas diminui o seu número. Mas ela obriga também a uma reestruturação geral do desenho da máquina pública”, prossegue o economista. Isso é bom? “Não sei se é bom ou ruim. Mas digo que basta a economia andar mal para gerar perdas políticas”. Como sempre.

CONJUNTURA »**Correção para educação é mantida**

» HAMILTON FERRARI  
» THAIS MARTINS\*

O ministro da Educação, Rossieli Soares, e entidades estudantis comemoraram a decisão do presidente Michel Temer de manter o artigo 22 da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), que estabelece um piso para os recursos financeiros da pasta. O trecho estabelece que o orçamento do Ministério da Educação seja corrigido, pelo menos, pela inflação. “É muito importante, porque dá tranquilidade, um olhar diferente para a próxima gestão avançar em temas importantes para a educação. Demonstra a prioridade do país”, defendeu Soares.

O ministro disse ainda que vai concentrar esforços para manter e melhorar as previsões orçamentárias do setor no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que precisa ser entregue ao Congresso Nacional até o fim de agosto. “Ainda tem uma discussão importante a ser feita com todos os atores, o

Ministério do Planejamento e o governo como um todo. Os desafios não acabam, a gente está muito distante do ponto ideal e precisa dar alguns passos firmes nos próximos anos”, afirmou.

Recentemente, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) alertou que mais de 200 mil bolsas de graduação, pós-graduação e iniciação científica poderiam ser cortadas no primeiro semestre de 2019 por conta do arrocho fiscal, o que gerou fortes críticas ao governo federal. Até a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Marianna Dias, que chegou a dizer, durante audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o assunto, na terça-feira, que o presidente Michel Temer cedeu às pressões, comemorou. “Esta é uma vitória. Foi nítido que o próprio governo estava fazendo confusão. Chegaram a falar que havia o veto e depois voltaram atrás. Portanto, esse encaminhamento, sem dúvida, foi uma vitória a partir da nossa pressão”, disse.

Sem aval

O artigo 22 chegou a ser vetado por sugestão da equipe econômica, mas o Palácio do Planalto voltou atrás. A mudança de opinião, porém, não passou pela equipe econômica. O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, defendeu, durante coletiva de imprensa, que o dispositivo engessa o orçamento ao criar “subtetos”, já que a Emenda Constitucional nº 95 — teto dos gastos — está vigente. Ele disse ainda que o governo federal enviaria uma nova proposta com um repasse ainda maior para o Ministério da Educação.

O Planejamento defende que o orçamento da Educação cresce a cada ano, mas as despesas obrigatórias tomam a maior parte da verba. Enquanto em 2012 a pasta gastava 39,8% do total de recursos para o pagamento da folha dos servidores, hoje o custo é de 58,1%. Isso deixa os investimentos comprometidos, segundo o ministro.

\* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira